COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.547, DE 2007

Dispõe sobre a responsabilidade por prejuízos decorrentes de “clonagem” de cartão de crédito.

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado FELIPE MAIA

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, tendo por objetivo estabelecer a responsabilidade pelos prejuízos provocados pela clonagem de cartão de crédito.

Justifica o autor:

Com essa proposta pretende-se defender o consumidor contra esses prejuízos, dado que as administradoras têm o dever de fornecer um serviço seguro e, se não o fazem, a responsabilidade não poderá recair sobre o usuário do cartão de crédito. Tal determinação está em consonância com a Constituição Federal, cujo art. 5º, XXXII, preceitua que o “Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”, e, também, com o art. 170, o qual reza que um dos princípios da ordem econômica é a defesa do consumidor.

Atualmente, as administradoras se eximem de qualquer responsabilidade pelo uso não

autorizado do cartão de crédito enquanto não houver a comunicação da irregularidade. Para se resguardarem, elas prevêem, em seus contratos, que, em caso de perda, furto ou roubo do cartão, o titular ficará responsável pelos prejuízos resultantes desses fatos até a data em que o cancelamento do cartão passe a constar da lista utilizada para registrar essa operação. É de se salientar, entretanto, que, no caso de clonagem, o usuário do cartão desconhece inteiramente sua utilização fraudulenta, até receber a fatura mensal e constatar o lançamento de compras que não realizou.

A matéria, nos termos do art. 24, II, tramita sob o regime conclusivo, isto é, sendo admitida nesta Comissão será remetida diretamente ao Senado Federal, uma vez que já foi aprovada pelas Comissões de mérito, sendo a primeira delas a Comissão de Defesa do Consumidor, que ofereceu duas emendas, uma prevendo a penalização do usuário que participou da clonagem do próprio cartão, outra prevendo o ressarcimento do usuário pela administradora no prazo máximo de trinta dias.

De igual modo a Comissão de Finanças e Tributação, por seu turno, não adentrou na análise da adequação orçamentária e financeira, mas aprovou a proposição, bem como as duas Emendas que lhe foram oferecidas pela Comissão anterior, nos termos de um Substitutivo.

Compete-nos, nos termos do art. 54 do Regimento Interno, a análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Não temos óbices à livre tramitação da matéria, considerando-se a nossa competência regimental. Em outras palavras, tanto o Projeto de Lei nº 1.547, de 2007, como as duas Emendas da Comissão de Defesa do Consumidor e assim também o Substitutivo da Comissão de Finanças preenchem os requisitos constitucionais, como o da competência

legislativa da União (art. 24, VIII), ser o Congresso Nacional a sede adequada para a sua discussão (art. 48), e ser deferida a iniciativa a parlamentar (art. 61).

De igual modo, as proposições não afrontam os princípios consagrados em nosso ordenamento jurídico, guardando, antes, coerência lógica com os mesmos.

A técnica legislativa empregada é adequada, sobretudo em consideração à Lei Complementar nº 95/98, com suas alterações posteriores (Lei Complementar nº 107/01).

Cabe antes, porém, do voto final, tecer algumas considerações sobre as emendas e o substitutivo apresentado nas Comissões de Mérito.

A primeira Emenda apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor versa sobre o reconhecimento que, em alguns casos, as administradoras de cartões de crédito também são vítimas de clientes que são co-partícipes das fraudes. Dessa forma, sugeriu o Deputado Júlio Delgado, dispositivo na lei proposta para que o usuário de cartões de crédito possa ser responsabilizado pela clonagem quando ficar comprovado, por meios legais, sua participação direta ou indireta no crime (caso em que ficará obrigado a ressarcir à administradora os custos operacionais e prejuízos causados, sujeitando-se às sanções do Código Penal).

É louvável a iniciativa do Deputado Júlio Delgado, vez que a hipótese narrada trata-se da culpa concorrente (quando a vítima participa junto com um terceiro) ou de culpa exclusiva da vítima (sem a participação de uma terceira pessoa), casos nos quais resultaria na exclusão da responsabilidade por parte da fornecedora, em consonância com o art. 12, §3º, III, do Código de Defesa do Consumidor.

A segunda Emenda aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor estipula prazo para que as empresas emissoras de cartão de crédito ou débito realizem o ressarcimento dos valores debitados nas contas dos consumidores que tiveram os seus cartões magnéticos clonados.

Sabe-se do enorme constrangimento e dissabor que o consumidor atravessa quando tem o seu cartão clonado: várias compras são realizadas em seu nome; possivelmente seu nome será lançado em instituições de proteção ao crédito; não poderá realizar nenhuma compra devido ao

bloqueio do cartão, tão logo tenha conhecimento da clonagem; terá suas dívidas aumentadas e aquisições frustradas, etc. Assim, estabelecer um prazo para o ressarcimento (estorno) dos débitos lançados em sua fatura mensal, é medida razoável e necessária para proteger o consumidor, atendendo ao disposto no art. 170, V, CF.

Durante a análise na Comissão de Finanças e Tributação, o Deputado João Dado apresentou substitutivo, visando em suma: a) o acréscimo da expressão cartão de débito, entendendo que o cartão de crédito é apenas uma modalidade do uso do cartão; b) a substituição da expressão “administradora de cartão de crédito” por “empresa emissora de cartão de crédito ou débito”, abarcando assim não só as instituições financeiras, mas também as não financeiras; c) a possibilidade de aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor às empresas emissoras que descumprirem a lei proposta.

Por entender estarem em perfeita consonância com a Constituição Federal, os Princípios e os Preceitos do Código de Defesa do Consumidor que baliza a matéria desta proposta, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.547, de 2007, bem como das duas Emendas apresentadas pela Comissão de Defesa do Consumidor e, ainda, do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado FELIPE MAIA
Relator